



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

25000 Ministério da Fazenda

0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

GERENTE: EXPEDITO JOSÉ DE VASCONCELOS GONÇALVES

Objetivo: Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário

2237 (A) AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Produto:	ACAO FISCAL REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	133.443,0	133.443,0	100,0 %	49.064,0	22.346,0	45,5 %
Financeiro	515.924.096	424.776.090	82,3 %	80.050.000	78.251.343	97,8 %

Comentários:

Nacional - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (0001) Físico (22.346,0) Financeiro (R\$ 78.251.343)
No total de 49.064 ações fiscais registrado originalmente no PPA, estava incluída uma projeção da quantidade de diligências a serem realizadas no ano. Considerando, no entanto, que tais diligências não são previamente programáveis, optou-se por rever a meta física original, de forma a incluir na mesma apenas as ações passíveis de programação pela SRF, a saber: fiscalização de tributos internos sobre pessoas físicas e jurídicas, fiscalização pós-despacho de tributos sobre o comércio exterior, ações de combate à interposição fraudulenta na área de comércio exterior.

Em face disso, na previsão inicial para 2003 estavam programadas 22.739 ações fiscais, das quais foram realizadas 22.346 ações, o que representa um índice de realização da meta da ordem de 98,27%.

2239 (A) LANÇAMENTO, COBRANÇA DE TRIBUTOS E ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Produto:	DECLARACAO RECEBIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	220.837.412,0	220.837.412,0	100,0 %	43.600.000,0	88.772.005,0	203,6 %
Financeiro	292.475.760	263.371.536	90,0 %	45.000.000	44.543.585	99,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (0001) Físico (88.772.005,0) Financeiro (R\$ 44.543.585)
Periodicidade da meta física: anual (acumulado até dezembro)

O número de declarações acima registrado engloba declarações de pessoas físicas e jurídicas e declarações do ITR, conforme segue:

- Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física, exceto isentos: 17.467.818
- Declarações de isentos, pessoas físicas: 56.402.627
- Declarações recebidas de pessoas jurídicas (DIPJ, PJ Simplificada, DCTF, DIRF e outras): 10.751.807
- Declarações do Imposto Territorial Rural (ITR): 4.149.753

A superação da meta física em mais de 100% se explica sobretudo pelo grande número de declarações de isentos recebidas pela Receita Federal em 2003 - que superou a marca de 56 milhões.
Quando fixada a meta física para 2003 (em abril de 2001), projetou-se o recebimento de apenas 17 milhões de declarações de isentos no ano.

2238 (A) NORMATIZAÇÃO E GESTÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Produto:	NORMA PUBLICADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0 %	1,0	1,0	100,0 %
Financeiro	856.610.525	856.610.525	100,0 %	248.412.682	237.956.602	95,8 %

Comentários:

Nacional - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 237.956.602)
Periodicidade da meta física: anual (até dezembro)

0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

GERENTE: ANA MARIA DA FRANÇA MARTINS BRITO

Objetivo: Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

5091 (P) CAPACITAÇÃO PARA APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO DA CVM JUNTO AO MERCADO DE CAPITALIS

Produto:	PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	230,0	230,0	100,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Financeiro	1.500.000	1.500.000	100,0 %	0	0	0,0 %

Comentários:

Nacional - Comissão de Valores Mobiliários - Comissão de Valores Mobiliários (0001) Físico (80,0) Financeiro (R\$ 0)

2204 (A) DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Produto:	INFORMACAO DISPONIBILIZADA	Unidade de Medida:	MEGABYTE
----------	----------------------------	--------------------	----------

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

25000 Ministério da Fazenda

Físico	3.464,8	3.464,8	100,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Financeiro	9.941.593	4.615.789	46,4 %	0	0	0,0 %

Comentários:

Nacional - Comissão de Valores Mobiliários - Comissão de Valores Mobiliários (0001) Físico (2.900,0) Financeiro (R\$ 689.189)

2203 (A) FISCALIZAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Produto:	FISCALIZACAO REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE
----------	------------------------	--------------------	---------

Físico	15.310,0	15.310,0	100,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Financeiro	5.509.742	2.699.443	49,0 %	0	0	0,0 %

Comentários:

Nacional - Comissão de Valores Mobiliários - Comissão de Valores Mobiliários (0001) Físico (4.753,0) Financeiro (R\$ 675.675)

2205 (A) ORIENTAÇÃO E DEFESA AOS INVESTIDORES - PRODIN

Produto:	INVESTIDOR ATENDIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE
----------	---------------------	--------------------	---------

Físico	561.588,0	377.574,0	67,2 %	0,0	0,0	0,0 %
Financeiro	6.069.520	4.634.373	76,4 %	0	0	0,0 %

Comentários:

Nacional - Comissão de Valores Mobiliários - Comissão de Valores Mobiliários (0001) Físico (87.080,0) Financeiro (R\$ 701.806)

0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

GERENTE: JOSÉ CLOVIS BATISTA DATTOLI

Objetivo: Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional

2832 (A) FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DO MERCADO FINANCEIRO

Produto:	FISCALIZACAO REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE
----------	------------------------	--------------------	---------

Físico	11.096,0	11.049,0	99,6 %	4.500,0	1.592,0	35,4 %
Financeiro	20.619.701	16.135.614	78,3 %	3.850.000	3.382.626	87,9 %

Comentários:

Nacional - Banco Central do Brasil - Banco Central do Brasil (0001) Físico (1.592,0) Financeiro (R\$ 3.382.626)
05.06 - Registramos, na íntegra, o conteúdo do expediente DELIQ/GABIN-2003/0050, ao DESIN/GABIN (obs: Departamento de Liquidações Extradjudiciais ao Departamento de Supervisão Indireta, que centraliza as providências administrativas em relação a esta ação):

"Encaminhamos, para ciência a providências cabíveis, as informações referentes às ações do DELIQ, previstas no PPA 2000-2003, desenvolvidas por esta unidade em maio de 2003, assim como a previsão para junho de 2003.

- as despesas de maio de 2003, com diárias e passagens, atingiram o montante de R\$ 14.586,26, decorrentes do total de 51 ações: 1 de coordenação, 2 de acompanhamento gerencial, 33 de fiscalização indireta, 3 de fiscalização direta e 12 relacionadas a a comissões de inquérito.

- para o mês de junho de 2003, estamos prevendo a realização de 60 ações, as quais devem demandar uma despesa da ordem de R\$ 35.000,00, decorrentes, principalmente, das comissões de inquérito em curso.

Finalmente, cabe registrar que, em decorrência das restrições orçamentárias vigentes, deixamos de cumprir, de forma integral, o cronograma das fiscalizações diretas previstas no Plano de Trabalho de DELIQ."

17.06 - dados de maio (realizado) - dados tabulados computando-se as atividades realizadas com gasto de recursos do orçamento da União destinados à ação Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional. A ação está sendo desenvolvida em ritmo abaixo do normal, devido às restrições orçamentárias.

08.08 - A ação está sendo desenvolvida em ritmo abaixo do normal, devido às restrições orçamentárias.

12.09 - A Ação começou a ser desenvolvida em ritmo normal com os recentes aportes de recursos orçamentários, melhorando as expectativas quanto ao cumprimento do programa de fiscalização.

04.11 - A ação começou a ser desenvolvida em ritmo normal com os recentes aportes de recursos orçamentários, embora ainda permaneça bem abaixo do que se poderia realizar caso ficasse restabelecido o fluxo de recursos previsto na lei orçamentária, conforme se vê no demonstrativo abaixo:

(valores alterados em 29.12)

a) 2002:

- orçamento aprovado: R\$5.061.000 (lei 10.407/02)
- limite financeiro: R\$ 3.217.373 (64% do orçamento aprovado em lei)
- financeiro R\$ 4.240.653 (84% do orçamento aprovado em lei)
- realizado: R\$ 3.953.380 (93% do financeiro)

b) 2003:

- orçamento aprovado: R\$ 4.950.000 (lei 10.640/03)
- financeiro: R\$ 2.744.037 (55% do orçamento aprovado em lei)
- realizado: R\$ 2.652.420 (97% do financeiro)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

25000 Ministério da Fazenda

2091 (A) ORDENAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Produto: HOMOLOGACAO CONCEDIDA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	4.405,0	4.405,0	100,0 %	2.900,0	3.802,0	131,1 %
Financeiro	360.820	360.820	100,0 %	120.000	120.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Banco Central do Brasil - Banco Central do Brasil (0001) Físico (3.802,0) Financeiro (R\$ 120.000)
06.05 - A ação de Ordenamento do Sistema Financeiro, de responsabilidade do Deorf, integra o programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro, para fins de PPA, e tem dentre suas finalidades a de criar as condições necessárias para que o SFN, representado pelas instituições que o compõem, tenha estrutura capaz de atender os anseios e as necessidades da sociedade brasileira. Esse atendimento passa, necessariamente, tanto pela visão quantitativa (tamanho, tipos e localização de instituições) quanto pela qualitativa (instituições saudáveis e cumpridoras de seu papel social). Adicionalmente, merecem destaque aspectos relacionados com a democratização dos serviços prestados pelo SFN representada pela ampliação dos segmentos de nossa sociedade com acesso aos serviços financeiros. Em 2003, o acompanhamento da ação se fará por meio da quantificação das homologações concedidas pelo Deorf, traduzidas pela demanda originada dos pleitos das instituições financeiras que são submetidos ao departamento. Cabe registrar que o conceito de homologações concedidas apenas abrange as atividades que levam à abertura de processos, não alcançando as demais atividades desenvolvidas pelo Deorf. Trata-se de um indicador quantitativo conforme assim o exige a filosofia do PPA.

Cabe lembrar que, em função das restrições orçamentárias, o Deorf vem deixando de realizar algumas ações anteriormente planejadas, que tinham o objetivo de aumentar a eficiência da Unidade no tratamento de assuntos sob sua responsabilidade.

25.07 - O Deorf, por conta das restrições orçamentárias impostas no presente exercício, deixou de realizar a maioria das atividades previstas para o 1º semestre, dentre as quais destacamos:

- 1) reunião de coordenação com os gerentes técnicos e coordenadores responsáveis por equipes de analistas de processos;
- 2) implementação de grupos de trabalho em S. Paulo;
- 3) visitas de acompanhamento e controle dos Chefes de Subunidades da Sede às Gerências Técnicas.

As atividades acima descritas são, corriqueiramente, de extrema importância para adequada padronização de procedimentos e performance do Deorf, departamento que tem 90% de seu trabalho descentralizado em gerências técnicas em 6 cidades. Todavia, no 1º semestre de 2003 essas atividades eram ainda mais cruciais, face a toda uma gama de novos procedimentos decorrentes de alterações na regulamentação.

De fato, a partir das Resoluções 3.040 e 3.041, de 28.11.2002, o núcleo básico dos procedimentos de autorização do Deorf foi alterado, demandando longas discussões, principalmente porque as novas diretrizes implantadas no exame dos processos trouxeram um alto grau de subjetividade e complexidade na análise e decisão dos pleitos apresentados pelas instituições financeiras.

Grande impacto em nossos procedimentos teve também a Resolução 3.058, de 20.12.2002, que estabeleceu procedimentos para autorização para funcionamento das cooperativas de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores, um novo tipo de cooperativa criado para atender a demanda por crédito para o setor, em consonância com a orientação do Governo Federal. Em decorrência inclusive dessa orientação, toda a disciplina do cooperativismo de crédito foi reformulada pela Resolução 3.106, de 25.06.2003.

A preocupação do Deorf é que a impossibilidade de realização das atividades programadas para o exercício possam vir a comprometer o pleno e bom desempenho de suas atribuições, podendo, inclusive, afetar o atingimento dos objetivos postulados pelas medidas governamentais referidas anteriormente.

2099 (A) REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Produto: Norma publicada Unidade de Medida: unidade

Físico	638,0	638,0	100,0 %	160,0	186,0	116,3 %
Financeiro	256.791	256.791	100,0 %	120.000	101.710	84,8 %

Comentários:

Nacional - Banco Central do Brasil - Banco Central do Brasil (0001) Físico (186,0) Financeiro (R\$ 101.710)
06/2003 - normatização do Plano Agrícola divulgado pelo Governo Federal para a safra 2003/2004

0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO

GERENTE: IVAN GELABERT BARBOSA

Objetivo: Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro

2214 (A) FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGUROS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO

Produto: ENTIDADE FISCALIZADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	720,0	720,0	100,0 %	160,0	268,0	167,5 %
Financeiro	6.089.523	4.437.631	72,9 %	1.149.541	870.741	75,7 %

Comentários:

Nacional - Superintendência de Seguros Privados - Superintendência de Seguros Privados (0001) Físico (268,0) Financeiro (R\$ 870.741)

2215 (A) REGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGUROS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO

Produto: NORMA PUBLICADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	210,0	200,0	95,2 %	50,0	29,0	58,0 %
Financeiro	1.212.280	1.191.593	98,3 %	420.629	385.324	91,6 %

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
-----------	-------------------	---------------------------	---------	-------------------------	--------------------	---------

25000 Ministério da Fazenda

Comentários:

Nacional - Superintendência de Seguros Privados - Superintendência de Seguros Privados (0001) Físico (29,0) Financeiro (R\$ 385.324)

0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

GERENTE: JOÃO DIAS NETO

Objetivo: Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua aplicação

1149 (P) ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS

Produto:	CONTRATO GERIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	166,0	81,0	48,8 %	27,0	27,0	100,0 %
Financeiro	27.287.220	22.719.057	83,3 %	8.250.000	6.881.638	83,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (27,0) Financeiro (R\$ 6.881.638)
Meta física mensal não cumulativa

1151 (P) ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS AOS MUNICÍPIOS

Produto:	CONTRATO GERIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	21.419,0	180,0	0,8 %	158,0	22,0	13,9 %
Financeiro	28.313.000	5.627.773	19,9 %	3.952.000	159.169	4,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (22,0) Financeiro (R\$ 159.169)

0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

GERENTE: ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM

Objetivo: Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado

1579 (P) APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES E MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Produto:	SISTEMA DESENVOLVIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0 %	1,0	1,0	100,0 %
Financeiro	7.165.239	7.165.239	100,0 %	4.409.286	2.049.895	46,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 2.049.895)
A Ação 1579 - APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES E MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA (PROGER) é decorrente do contrato de cooperação técnica-financeira celebrado com o Banco Mundial no final de 2001, relativo ao Programa de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro (PROGER). Em 2003 teve continuidade a implementação do componente destinado a apoiar o processo de consolidação da estrutura organizacional do Tesouro Nacional e o aperfeiçoamento de sua capacidade gerencial da dívida, tendo sido desenvolvidos os seguintes trabalhos:

O MÓDULO I – DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÕES, desenvolvido em 2002, teve como objetivo a revisão dos sistemas informatizados que dão suporte ao gerenciamento da dívida pública do Tesouro Nacional (Dívida Pública Interna – DPI, Dívida Externa e demais em Excel e Access), buscando analisar, propor e prestar suporte na escolha de solução de sistema unificado que permita integrar sob a mesma plataforma o gerenciamento de ativos e passivos públicos, provendo maior eficiência e segurança operacional ao Tesouro Nacional. Este novo sistema deverá também permitir a incorporação das novas necessidades e processos no desenvolvimento de uma gestão moderna de dívida pública (gerenciamento de risco, mercados internacionais etc.).

O MÓDULO IIA – PROCESSOS DE DECISÃO (GOVERNANÇA) E ESTRUTURA INSTITUCIONAL, com o objetivo avaliar os processos de decisão (governança) e a estrutura institucional existentes no âmbito do gerenciamento da dívida pública federal, produziu recomendações concretas para aperfeiçoá-los, baseada nas melhores práticas internacionais e em considerações relevantes sobre o ambiente político e institucional brasileiro:

- alocação de responsabilidades dentro da estrutura administrativa da dívida pública;
- estratégia para o tratamento da dívida externa em conexão com a administração global da dívida pública;
- gerenciamento de ativos e passivos;
- mecanismos de conformidade operacional (compliance);
- institucionalização dos mecanismos de governança.

Propôs-se ainda a constituição de um órgão superior, sob a forma de Conselho da Dívida Pública, com o objetivo de discutir e estabelecer os princípios a nortear a administração da Dívida Pública Federal, em linha com as diretrizes da política econômica

MÓDULO IIB – MACROPROCESSOS, FLUXOS DE INFORMAÇÃO E RISCO OPERACIONAL, realizado entre janeiro e maio de 2003, teve como objetivo definir as atribuições específicas e os fluxos dos processos relacionados a cada unidade do Tesouro Nacional responsável pelo gerenciamento da dívida pública, bem como os fluxos de informações internas e externas necessários à condução dessas atribuições, além de identificar os riscos operacionais e propor ações visando minimizar a exposição a esses riscos. Foram mapeadas 63 situações envolvendo riscos operacionais, tendo sido adotadas ações de curto prazo, visando sua mitigação, e ações a médio e longo prazo, destinadas a sua eliminação.

MÓDULO III – GERENCIAMENTO DE RISCO, concluído no primeiro semestre de 2003, baseia-se no desenvolvimento de procedimentos de gestão de risco relacionado ao setor público federal, com foco nos aspectos institucionais, legal, tecnológico e de especialização dos analistas da Secretaria, objetivando:

- (1) Difundir, entre os integrantes da Secretaria-Adjunta, o conhecimento das experiências internacionais do gerenciamento de risco do setor público;
- (2) Promover discussões técnicas sobre assuntos metodológicos, institucionais e legais entre área de risco do Brasil e a de outros países;
- (3) Implementar experiências internacionais bem sucedidas na área de risco de outros países que introduzam modernidade, produtividade e eficiência ao caso

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

25000 Ministério da Fazenda

brasileiro:

(4) Implementar ações concretas de forma a estreitar relacionamento de áreas de gerenciamento de risco governamental de vários países, estabelecendo canal permanente de comunicação.

O elevado nível de aprimoramento atingido pelo gerenciamento de risco da dívida pública no Brasil coloca-o entre os modelos mais avançados da atualidade. Encontra-se em fase de implementação estudo para o desenvolvimento de processo macro-estrutural que permita ligar e simular de forma mais precisa o efeito de possíveis cenários econômicos na dinâmica da dívida e seus riscos.

MÓDULO IV- PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PETI – com o objetivo de definir e planejar as melhores práticas de TI, e de forma a possibilitar a integração das áreas do Tesouro Nacional, elaborando procedimento estratégico para a organização, foi contratada empresa para elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação para toda a Secretaria do Tesouro Nacional, atendendo recomendação da consultoria responsável pelo Módulo I. Os trabalhos foram iniciados em novembro/2003 e deverão estar concluídos ao final de quatro meses.

2077 (A) GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Produto:	CONTRATO GERIDO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	177,0	177,0	100,0 %	60,0	55,0	91,7 %
Financeiro	26.906.091	26.906.091	100,0 %	7.200.000	4.291.503	59,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (55,0) Financeiro (R\$ 4.291.503)
A Funcional Programática da atividade GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA destina-se a fazer face aos custos decorrentes das emissões de títulos nos mercados externo e interno, sendo utilizada para pagamentos de despesas gerais com a administração da dívida pública da União, considerando os títulos já existentes, bem como as novas emissões que se realizaram ao longo do exercício. Referidas despesas incluem, entre outras, taxas de registro dos papéis em bolsas de valores e na comissão de valores mobiliários, administração das garantias ao acordo da dívida depositadas no BIS, publicação de prospectos e anúncios em jornais, custo de emissão física de bônus e contratos, despesas com advogados no exterior, tradução de documentos, despesas com as câmaras de liquidação e custódia de títulos e demais despesas afins. Consequentemente, está diretamente ligada à quantidade de emissões feitas em cada exercício, dependendo das condições do mercado financeiro. Caracteriza-se portanto como ação acessória, cuja execução depende da ocorrência da ação principal (emissão de títulos).

Além de emissões, contemplam-se também as operações estruturadas, que envolvem troca e/ou recompra de títulos, que apresentam despesas um pouco mais elevadas, por envolver ritos processuais e administrativos diferenciados, seja por parte dos advogados, seja por parte dos agentes envolvidos. Importante notar que o total das despesas é muito inferior aos ganhos financeiros que a União vem obtendo nas operações realizadas, as quais tem por objetivo reduzir o custo e alongar o prazo da dívida pública.

No exercício de 2003 foram previstos 60 contratos, e ao final do exercício eram 55 os contratos geridos, tendo sido pago o montante de R\$ 4.291.502,85, correspondendo a aproximadamente 90 % do limite de pagamento no valor de R\$ 4.818.416,78 estabelecido pelo Decreto nº 4.591/03.

2076 (A) GESTÃO DE HAVERES DA UNIÃO

Produto:	CONTRATO GERIDO		Unidade de Medida:	REAIS MILHOES		
Físico	59.540,0	59.540,0	100,0 %	18.823,0	21.937,0	116,5 %
Financeiro	3.681.295	2.355.621	64,0 %	721.000	652.641	90,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (21.937,0) Financeiro (R\$ 652.641)
Por intermédio desta ação, a STN tem como objetivo o recebimento integral do fluxo financeiro, de acordo com os valores previstos no orçamento, relativos aos haveres do Tesouro sob sua responsabilidade.

Em 2003, foram arrecadados R\$ 21.937 bilhões contra a previsão de R\$ 19.978 bilhões. O atingimento da meta em níveis superiores a 100% se deu em função basicamente de:

- R\$ 510.183 mil – recebimentos provenientes de créditos adquiridos/transferidos à União após o encerramento da Proposta Orçamentária;
- R\$ 759.467 mil – recebimentos registrados em 2003 por determinação do Tribunal de Contas da União, correspondentes a valores arrecadados em 2003 e recolhidos aos cofres do Tesouro somente em 2004;
- R\$ 700.000 mil – provenientes de recebimentos estimados com base em receitas líquidas reais dos estados em patamares abaixo do que efetivamente se verificaram.

No que tange aos haveres mobiliários, em 2003, a arrecadação de dividendos e juros sobre o capital próprio atingiu o montante de R\$ 3,7 bilhões, o que representa crescimento de aproximadamente 20% em relação a receita obtida no exercício anterior, da ordem de R\$ 3,1 bilhões, resultado que tem contribuído para a geração de superávit primário do Governo Central.

Vale destacar que algumas empresas tiveram forte incremento no montante de dividendos distribuídos: CEF que não recolheu dividendos nos exercícios de 2001 e 2002, mas em 2003 pagou o montante de R\$1,0 bilhão (27%), seguida pela Petrobrás com R\$942,3 milhões (25,5%), BNDES com R\$606,5 milhões (16,4%) e Banco do Brasil com R\$357,6 milhões (9,7%).

2075 (A) GESTÃO DE OBRIGAÇÕES DA UNIÃO

Produto:	LEILAO REALIZADO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	351,0	351,0	100,0 %	96,0	148,0	154,2 %
Financeiro	2.869.436	2.869.436	100,0 %	981.000	829.554	84,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (148,0) Financeiro (R\$ 829.554)
No âmbito da ação Gestão de Obrigações da União, seguindo a linha do que vinha sendo realizado em anos anteriores, deu-se continuidade às permutas de títulos com o objetivo de mitigar as seguintes imperfeições: reduzida liquidez no mercado secundário de alguns títulos públicos; excessivo número de séries de títulos públicos; falta de fungibilidade dos títulos. Nesse sentido, realizaram-se em 2003 operações de permuta de NTN-I e LFT-B com as seguintes características: permuta, junto ao BNDES, de 184 séries de NTN-I por série única, no montante de R\$ 300,00 milhões; permuta, junto ao BMC, de 8 séries de LFT-B por série única, no montante de R\$

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003
Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

25000 Ministério da Fazenda

4,26 milhões; permuta, junto à Nossa Caixa, de 112 séries de LFT-B por 3 séries, no montante de R\$ 2.892,87 milhões.

No ano de 2003, foram realizados 145 leilões, sendo 81 de LFT, 47 de LTN, 11 de NTN-C, 5 de NTN-B e 1 de NTN-F. Os leilões de LTN e LFT objetivaram essencialmente efetuar a rolagem da dívida pública federal vencida no período, ao tempo em que serviram para a composição da dívida pública aos parâmetros estabelecidos no PAF 2003. Quanto à oferta de leilões de títulos atrelados a índices de preços, houve a retomada das emissões de NTN-B (título indexado ao IPCA) mensalmente a partir de setembro, após aproximadamente um ano e meio sem emissões.

No que se refere às emissões no mercado internacional, durante o ano de 2003, o Banco Central do Brasil, em nome do Tesouro Nacional, realizou cinco operações no mercado externo, que totalizaram US\$ 4,63 bilhões de captações de novos recursos e US\$ 1,20 bilhão em trocas. As emissões tinham o objetivo de refinanciar o valor do principal da Dívida Mobiliária Externa a vencer ao longo do ano e iniciar as captações para refinanciamento da Dívida a vencer ao longo de 2004.

Ainda em relação à ação Gestão de Obrigações, no ano de 2003 foi implantado o novo sistema de dealers, aprofundando o relacionamento entre o Tesouro Nacional e as instituições financeiras. O Tesouro Nacional e o Banco Central, em trabalho conjunto reorganizaram o sistema de dealers e implementaram uma estrutura única, com administração de ambos para auxiliar tanto a política de gerenciamento da dívida pública, conduzida pelo Tesouro Nacional, quanto a política monetária, conduzida pelo Banco Central.

Implantado em 07 de janeiro de 2002 pelo Tesouro Nacional, em conjunto com a CBLC, o Tesouro Direto possibilita a aquisição de títulos públicos por parte das pessoas físicas pela Internet. Dentre as melhorias implementadas durante o ano de 2003, destaca-se a criação de mecanismo, desenvolvido em conjunto com a CBLC, que possibilita a integração dos sites dos agentes de custódia ao site do Tesouro Direto. Dessa forma, os clientes têm a possibilidade de efetuar aplicações, resgates e consultas diretamente do site do agente de custódia. Outro fato importante foi o lançamento da campanha publicitária. No segundo ano do Programa, as vendas de títulos públicos totalizaram aproximadamente R\$ 253 milhões, enquanto que em 2002 o volume financeiro foi de R\$ 76 milhões. Em 2003, 15.296 investidores se cadastraram no Tesouro Direto, enquanto que em 2002 apenas 5.620 investidores foram cadastrados.

Em termos de resultados, no ano de 2003, o estoque da Dívida Pública Federal – DPF cresceu nominalmente 8,1%, isto é, menos que o PIB nominal. De fato, ele passou de R\$ 893,3 bilhões no final de 2002, para R\$ 965,8 bilhões ao final de 2003. Por outro lado, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFI cresceu em termos nominais 17,4%, evoluindo de R\$ 623,2 bilhões, no início do ano, para R\$ 731,4 bilhões em dezembro. Já o estoque da Dívida Pública Federal Externa – DPF diminuiu 13,2%, passando de R\$ 270,1 bilhões em dezembro de 2002, para R\$ 234,4 bilhões em dezembro de 2003.

2074 (A) GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Produto: BALANCO GERAL DA UNIAO ELABORA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	4,0	3,0	74,3 %	1,0	1,0	100,0 %
Financeiro	8.350.832	3.511.291	42,0 %	800.000	760.084	95,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 760.084)
A elaboração formal do Balanço Geral da União - BGU de 2003 teve início em janeiro, cujo cronograma tem como mês de encerramento março do exercício seguinte. Até 31/12/2003, foram analisadas as prévias dos Balanços e demais Relatórios que compõem o BGU de 2003, com vistas à compatibilização dos números apresentados com o SIAFI. Foram implementadas melhorias nas rotinas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com vista ao aperfeiçoamento das consultas gerenciais, possibilitando disponibilização mais adequada e transparente das informações, para maior segurança e presteza no atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo da administração federal e dos demais usuários das informações contábeis.

0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

GERENTE: KÉLVIA FROTA DE ALBUQUERQUE

Objetivo: Estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo

2069 (A) ANÁLISE DOS REAJUSTES DE PREÇOS E TARIFAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Produto: REGIME TARIFARIO ESTRUTURADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	90,0	44,0	48,9 %	3,0	5,0	166,7 %
Financeiro	1.068.006	1.068.006	100,0 %	546.173	63.326	11,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (5,0) Financeiro (R\$ 63.326)
A meta foi alcançada, inclusive com resultado 67% superior às expectativas. Isso se deve, além de outros fatores, ao esforço que se tem dado à capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação das atividades sob sua coordenação, e aos recursos próprios obtidos por meio de taxas arrecadadas junto às empresas em relação às quais a Secretaria presta serviços de análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios. Esse fator permite que as necessidades financeiras da SEAE sejam atendidas e, consequentemente, que o Programa seja executado com sucesso.

Em relação aos valores financeiros, verificamos que a execução da ação ficou aquém dos gastos previstos, podendo ser explicados pelos seguintes fatores: i) equipe técnica insuficiente e com alta taxa de rotatividade; ii) focalização gerencial na racionalização de gastos; e iii) prudência administrativa.

2387 (A) HOMOLOGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROMOÇÕES E SORTEIOS COM FINS COMERCIAIS

Produto: EVENTO ACOMPANHADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	129,0	129,0	100,0 %	55,0	79,0	143,6 %
Financeiro	3.903.479	3.903.479	100,0 %	1.957.775	1.445.704	73,8 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (79,0) Financeiro (R\$ 1.445.704)
A meta foi alcançada, inclusive com resultado 44% superior às expectativas. Isso se deve, além de outros fatores, ao esforço que se tem dado à capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação das atividades sob sua coordenação, e aos recursos próprios obtidos por meio de taxas arrecadadas junto às empresas em relação às quais a Secretaria presta serviços de análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios. Esse fator permite que as necessidades financeiras da SEAE sejam atendidas e, consequentemente, que o Programa seja executado com sucesso.

Em relação aos valores financeiros, verificamos que a execução da ação ficou aquém dos gastos previstos, podendo ser explicados pelos seguintes fatores: i) equipe técnica insuficiente e com alta taxa de rotatividade; ii) focalização gerencial na racionalização de gastos; e iii) prudência administrativa.

2057 (A) PROMOÇÃO E ESTÍMULO À CONCORRÊNCIA

Produto: INVESTIGACAO REALIZADA Unidade de Medida: UNIDADE

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

25000 Ministério da Fazenda

Físico	48,0	48,0	100,0 %	3,0	12,0	400,0 %
Financeiro	3.337.311	3.337.311	100,0 %	1.406.458	1.069.416	76,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (12,0) Financeiro (R\$ 1.069.416)

A meta foi alcançada, inclusive com resultado 300% superior às expectativas. Isso se deve, além de outros fatores, ao esforço que se tem dado à capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação das atividades sob sua coordenação, e aos recursos próprios obtidos por meio de taxas arrecadadas junto às empresas em relação às quais a Secretaria presta serviços de análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios. Esse fator permite que as necessidades financeiras da SEAE sejam atendidas e, consequentemente, que o Programa seja executado com sucesso.

Em relação aos valores financeiros, verificamos que a execução da ação ficou aquém dos gastos previstos, podendo ser explicados pelos seguintes fatores: i) equipe técnica insuficiente e com alta taxa de rotatividade; ii) focalização gerencial na racionalização de gastos; e iii) prudência administrativa.

2068 (A) REGULAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM MOLDES CONCORRENCIAIS

Produto: NORMA PUBLICADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	27,0	27,0	100,0 %	3,0	4,0	133,3 %
Financeiro	1.701.340	1.701.340	100,0 %	910.287	217.278	23,9 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (4,0) Financeiro (R\$ 217.278)

A meta foi alcançada, inclusive com resultado 33% superior às expectativas. Isso se deve, além de outros fatores, ao esforço que se tem dado à capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação das atividades sob sua coordenação, e aos recursos próprios obtidos por meio de taxas arrecadadas junto às empresas em relação às quais a Secretaria presta serviços de análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios. Esse fator permite que as necessidades financeiras da SEAE sejam atendidas e, consequentemente, que o Programa seja executado com sucesso.

Em relação aos valores financeiros, verificamos que a execução da ação ficou aquém dos gastos previstos, podendo ser explicados pelos seguintes fatores: i) equipe técnica insuficiente e com alta taxa de rotatividade; ii) focalização gerencial na racionalização de gastos; e iii) prudência administrativa.

00771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO

GERENTE: KATHERINE HENNINGS

Objetivo: Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal

2066 (A) ANÁLISE MACROECONÔMICA E PROPOSIÇÃO PARA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Produto: ANALISE REALIZADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	189,0	189,0	100,0 %	12,0	12,0	100,0 %
Financeiro	2.243.316	1.402.931	62,5 %	400.000	273.814	68,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda (0001) Físico (12,0) Financeiro (R\$ 273.814)

Ação "Análise Macroeconômica e Proposição para a formulação da Política Econômica", o produto "análise realizada", resulta da elaboração de diversos trabalhos, dentre os quais destacam-se:

Política Econômica e Reformas Estruturais - 01 estudo publicado em ABR/2003

Nota sobre Produlção Industrial e Emprego em Abril de 2003 - 01 estudo publicado em ABR/2003

Boletim de Conjuntura Econômica - Total = 06

Boletim de Acompanhamento Fiscal - Total = 05 (quatro edições com divulgação restrita ao Ministério da Fazenda)

Resenha Nacional - JAN = 18 / FEV = 17 / MAR = 18 / ABR = 18 / MAI = 15 / JUN = 15 / JUL = 17 / AGO = 15 / SET = 17 / OUT = 16 / NOV = 16 / DEZ = 12 Total = 194

2098 (A) FORMULAÇÃO E GERENCIAMENTO DA POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO

Produto: NORMA PUBLICADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	2.561,0	2.120,0	82,8 %	645,0	741,0	114,9 %
Financeiro	24.026.289	20.260.595	84,3 %	4.591.742	4.551.837	99,1 %

Comentários:

Nacional - Banco Central do Brasil - Banco Central do Brasil (0001) Físico (741,0) Financeiro (R\$ 4.551.837)

As metas físicas das ações do programa foram atingidas e, em alguns casos, superadas. Isso decorre do fato de os produtos definidos não refletirem de forma eficiente as atividades desempenhadas pelas unidades responsáveis pelo desenvolvimento das ações. Por se tratar de programa de gestão de políticas públicas, a definição de produto físico com a periodicidade mensal, atributo exigido pelo sistema, é complexo. Ainda mais complexa é a elaboração de previsão da quantidade do produto resultante da ação, no exercício. Destaque-se a relevância, nesse tipo de programa e ação, da existência de indicador, dado que este tem melhores condições de refletir o esforço realizado pelas unidades executoras.

00775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO

GERENTE: RODRIGO PIRAJÁ WIENSKOSKI

Objetivo: Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

25000 Ministério da Fazenda

2244 (A) APURAÇÃO, INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Produto:	DIVIDA ATIVA INSCRITA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	16.389.928,0	16.389.928,0	100,0 %	4.250.000,0	5.024.873,0	118,2 %
Financeiro	45.641.998	45.641.998	100,0 %	15.179.135	11.325.676	74,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (0001) Físico (5.024.873,0) Financeiro (R\$ 11.325.676)
Os dados físicos referem-se ao estoque da DAU, que é composto por todas as inscrições ativas na base, ajuizadas e não ajuizadas. Fonte: INTRANET - Mapas Gerenciais L. 04519.12 - Inscrições em Cobrança. Quanto ao financeiro, não foi realizado o valor de R\$1.023.459,90, em virtude da liberação do recurso ter ocorrido na 2ª quinzena de dezembro. Já o valor de R\$2.992.217,74 não pode ser utilizado face a necessidade de atendimento das metas fiscais do governo. Fonte: SIAFI - Gerencial, 27/01/04.

2245 (A) REPRESENTAÇÃO E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL EM JUÍZO

Produto:	REPRESENTACAO REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	11.157.894,0	3.876.319,0	34,7 %	1.250.000,0	1.798.537,0	143,9 %
Financeiro	27.333.439	27.333.439	100,0 %	7.524.636	4.976.704	66,1 %

Comentários:

Nacional - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (0001) Físico (1.798.537,0) Financeiro (R\$ 4.976.704)
Quanto aos dados físicos, entende-se como representação realizada as atuações da PGFN em defesa dos interesses da Fazenda Nacional. Quanto aos dados financeiros, Não foi utilizado o valor de R\$ 441.107,70, em virtude de o crédito suplementar ter sido liberado apenas na segunda quinzena do mês de dezembro de 2003. Já o montante de R\$ 2.133.919,46, não pode ser utilizado em virtude do cumprimento das metas fiscais determinadas pelo Governo Federal. Fonte: SIAFI-Gerencial, em 27/01/04.

0751 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO

GERENTE: GILSON OLIVEIRA LARIU

Objetivo: Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal

2211 (A) PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O GOVERNO FEDERAL

Produto:	SISTEMA DESENVOLVIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	179,0	179,0	100,0 %	17,0	161,0	947,1 %
Financeiro	102.135.360	102.135.360	100,0 %	48.578.829	45.337.034	93,3 %

Comentários:

Nacional - Serviço Federal de Processamento de Dados - Serviço Federal de Processamento de Dados (0001) Físico (161,0) Financeiro (R\$ 45.337.034)
Em 2003 o Serpro foi responsável pela produção dos principais sistemas de informação para o Governo Federal, em especial para atender as atividades de administração tributária, administração aduaneira e comércio exterior, administração financeira, gestão de pessoal, gestão administrativa e gestão dos processos de registro da frota de veículos e carteiras de habilitação, apenas para citar os principais.
Todos estes serviços apresentaram crescimento nos volumes de documentos tratados e transações efetuadas, o que exigiu expansão na capacidade de tratamento e armazenamento de dados.
Mesmo com esta expansão, foram mantidos os níveis de segurança e qualidade dos serviços, como atestado pelos usuários em pesquisa da Central de Atendimento do Serpro, sem reajustes nos preços para os Clientes.
Neste item cabe destacar que, nos últimos cinco anos, o Serpro reduziu seus preços em 45%, com expansão dos serviços e manutenção dos níveis de serviço contratados, como comprovam os acordos de níveis de serviço firmados em 99,5% dos contratos.
Teve continuidade a implementação de novos mecanismo de segurança, como a certificação digital, que foi implementada para o Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), com a emissão de certificado para todas as instituições bancárias usuárias do sistema.
No caso dos demais sistemas, restrições de ordem orçamentária tem impedido a implementação desta facilidade para outros serviços.
Os serviços de rede também foram ampliados para diversos Clientes, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Comando do Exército, permitindo um melhor aproveitamento da infra-estrutura já disponível e uma redução dos custos para todos os usuários, o que permitiu atender o grande aumento de tráfego em todos os Clientes, em especial no uso da Internet para os serviços de governo.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004